

ÂNGELA DE ALENCAR ARARIPE PINHEIRO**

RESUMO

O artigo trata, em linhas gerais, da situação do menor no Brasil, apresentando, entre outros, dados sobre população, mortalidade infantil, probabilidade de morte, vacinação, amamentação, analfabetismo e média de menores por família.

Reflexões são apresentadas sobre o papel do cientista ante a problemática do menor e do incremento de estudos e pesquisas na área, para os quais são apontados pontos básicos (05 referências).

INTRODUÇÃO

Há de se reconhecer como de inegável relevância estudos científicos que tratem de problemas, cuja repercussão social alcance dimensão significativa.

Por outro lado, crescem em importância para os estudiosos assuntos que apresentem ressonância com suas preocupações pessoais e individuais.

O tema ora em análise corresponde a estas condições.

Mais do que dados sobre um problema, compartilho agora com vocês experiências que vêm me transformando, ao longo dos últimos anos. Compartilho dificuldades de não dispor de mais dados esclarecedores e de referenciais teóricos mais pertinentes sobre um determinado brasileiro.

Sinto-me emocionada ao referir-me a este tema. Sinto-me profundamente tocada de falar de um brasileiro marginalizado, espoliado, carente, abandonado, usurpado em seus direitos fundamentais.

Falo do nosso menor. E quem é este brasileiro?

* Trabalho correspondente, com algumas adaptações, ao apresentado na XV Reunião Anual de Psicologia, Ribeirão Preto (SP), outubro de 1985.

** Da Universidade Federal do Ceará e do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC).

De acordo com o Censo Demográfico de 1980, são cerca de 58,5 milhões de brasileiros, com menos de 19 anos de vida, representando em torno de 48,5% da população total do País, e com sofrimentos e carências em número bem maior.

Para o Nordeste, a proporção se eleva para 50,8%, enquanto o Ceará possui em torno de 50,3% de menores (Calsing, 1985).

Esse brasileiro traduz a situação de penúria do nosso povo, da nossa gente. A muitos deles falta o direito à vida. De acordo com o UNICEF (1985), foi de 70 por 1000 a taxa de mortalidade infantil (TMI) no Brasil, em 1982. Para o Ceará, em 1984, a Secretaria de Saúde anunciou um coeficiente de 250 por 1000, enquanto estatísticas extra-oficiais elevaram o número para 350.

O UNICEF considera muito alta a TMI superior a 100. Ademais, a probabilidade de morte, antes de completar o primeiro ano de vida, era, em 1980, de 88/1000 para o Brasil e de 124,5/1000 para o Nordeste (IBGE, 1984). No País, em 1982, para 3.903.000 nascimentos ocorreram 388.000 mortes de crianças de até 04 anos de idade (UNICEF, 1985). A mortalidade de crianças de até 04 anos de idade, em 1980, foi responsável por 28,1% dos óbitos totais no Brasil e por 39,1% no Nordeste (Brasil, 1985).

Em 1981, a porcentagem de crianças de até 04 anos de idade totalmente vacinadas era de apenas 38,3% para o Brasil e de 24,7% para o Nordeste (IBGE, 1984). Segundo a mesma fonte, as crianças com menos de 01 ano de idade, que nunca foram amamentadas, também em 1981, representaram 13,7% (Brasil) e 17,6% (Nordeste Urbano).

Esse brasileiro pode ser classificado como menor em situação irregular, sob cuja denominação estão: o menor carente, o abandonado e o portador de desvio de conduta. Tais categorias englobam os menores a quem não é assegurado o atendimento de alguma(s) de suas necessidades básicas: alimentação, educação, habitação, lazer, saúde, segurança afetiva, segurança familiar e segurança social.

Convém destacar que, de acordo com estimativa feita por esta pesquisadora, no Estado do Ceará, em 1983, eram 91% os carentes, 2% os legalmente abandonados e apenas 0,9% os que apresentavam desvio de conduta. Contudo, parece que são esses 0,9% que representam para a sociedade o menor. Em outras palavras, é a sua delinqüência que se sobressai e não a sua marginalidade.

Por outro lado, o menor retrata claramente o desequilíbrio da ecologia social brasileira, ao verificarmos alguns fatores que estão diretamente relacionados à sua problemática: acelerada urbanização, acentuadas distorções na distribuição de renda, deficiência séria de alimentação, insuficiência dos serviços de educação e saúde e precariedades do saneamento básico. Referido desequilíbrio faz-se agravado no Nordeste, ao considerarmos as adversidades climáticas a que se submete constantemente a Região, resultando em grande fluxo migratório, dada a falta de infra-estrutura básica para superar os efeitos da estiagem.

Desta situação, decorre que a população das áreas metropolitanas se encontra em processo de constante inchaço, não se percebendo uma absorção, por parte do mercado de trabalho, desse contingente, que se concentra, quase sempre, em favelas periféricas, onde o viver — ou o sobreviver — ocorre em condições subumanas.

O menor é a denúncia maior de uma injustiça social. É a representação concreta, algumas vezes viva, muitas outras semi-viva ou morta, de todo este desequilíbrio.

Os menores pertencem, em sua grande maioria, às famílias mais pobres ou com menor disponibilidade de rendimentos. Observa-se que, no Nordeste, em 1980, a média geral de menores por família era de 2,46. Nas famílias com rendimento *per capita* de até 1/4 salário mínimo, a média se eleva para 3,39 e são responsáveis por 60,2% dos nossos menores. Por outro lado, nas famílias com rendimento *per capita* superior a 1/2 salário mínimo, a média de menores decresce para 1,47 e englobam 36,2% dos menores da Região. É oportuno esclarecer que o rendimento *per capita* de até 1/4 salário mínimo representa condição de "pobreza absoluta" (Calsing, 1985).

Oportuno se faz esclarecer que no Brasil, em 1981, a População Economicamente Ativa (PEA) que percebia até 3 salários mínimos contribuía com 74,9% do total e no Nordeste com 88,4% (IBGE, 1984).

REFLEXÕES

A calamidade que o problema do menor assume diz bem do pouco caso que atribuímos à prevenção, ao planejamento a médio e longo prazos. Diz também da ênfase que se dá ao remediar, ao imediatismo, ao assistencialismo.

A gravidade inegável deste problema urge que nós, pesquisadores e estudiosos, consideremos o menor como tema de nossos trabalhos.

Algumas áreas se insurgem como prioritárias para estudo, a saber: assistencial/institucional; jurídica; nutrição; pedagógica; profissionalização; psicológica; saúde; e sócio-econômica e cultural (NUCEPEC, 1984). A divisão é em si didática, de vez que o estudo sobre o menor exige uma visão multidisciplinar, pelas interseções que as áreas mantêm entre si, além da condição do menor de ser integrado.

Tenho refletido largamente, desde 1980, quando o contato com este problema fez-se mais sistemático, sobre algumas questões que considero básicas e que passo a dividir com vocês, sob a forma de indagações.

- Qual a nossa reação diante do menor e de um menor?
- Como o problema do menor nos afeta pessoal e profissionalmente?
- A quem atribuímos a responsabilidade do problema do menor?
- A quem ela realmente cabe?
- Como esta responsabilidade está distribuída?
- Finalmente, qual a nossa disponibilidade, a disponibilidade de cada um de nós, em contribuir?

Vejo estas indagações diretamente relacionadas ao exercício de nossa cidadania, e as suas respostas, na medida em que retratam a nossa postura de gente e de profissionais, como decisivas para que tenhamos uma participação mais concreta ou não, quanto ao menor.

Creio ser da maior pertinência considerarmos a gravidade e urgência deste problema, bem como sua relevância social, e, munidos de nossos instrumentos cotidianos de trabalho — a ciência, a pesquisa, o ensino, enfim, o exercício profissional, unirmo-nos num esforço conjunto, em busca de soluções viáveis e simples, como forma de nossa contribuição para este brasileiro.

Creio, assim, que o esforço da ciência há de contribuir decisivamente na busca de soluções para a problemática do menor, na busca de possibilitar a este brasileiro condições de vida mais dignas, mais humanas.

Há, sem dúvida, lugar para a ciência, na transformação de um país, que tem 24,9% de analfabetos, índice que se eleva para 45,3% no Nordeste (IBGE, 1984). E é difícil refutar a afirmação de que a educação é um indicador social fidedigno do estágio de desenvolvimento de um povo.

Creio, por fim, que essa transformação far-se-á possível, a partir de uma cidadania bem exercida; de um compromisso assumido, a nível individual/profissional, comunitário e nacional; de uma visão multidisciplinar do assunto; de ações preferencialmente de ordem preventiva; de uma atuação comunitária; da opção pela simplicidade, ao invés da sofisticação; e, acima de tudo, de uma solidariedade consciente e necessária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. SUDENE. *Aspectos do quadro social do Nordeste*. Recife, SUDENE, 1985.
- CALSING, E. F. Características sociais do Nordeste. Apresentação de algumas dificuldades. In Calsing, E. F.; Isuani, E. A.; Burger, F. & Cervini, R. A. *Desigualdades sociais no Nordeste*. Brasília, CNRH/IPEA-UNICEF-SUDENE, 1985, 11-47.
- IBGE. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: Situação de saúde, 1981*. Rio de Janeiro, IBGE, 1984.
- NUCEPEC. Ação programada sobre o menor. Fortaleza, NUCEPEC, 1984 (mimeografado).
- UNICEF. *Situação mundial da infância 1985*. Brasília, UNICEF, 1985.